



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÕES DA MEMÓRIA SOCIAL: UM ESTUDO A PARTIR DO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM, EM FORTALEZA, CEARÁ

Gyl Giffony Araújo Moura
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (Ppgms)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
gyl_giffony@yahoo.com.br

Em contraponto ao início da modernidade no qual caminhávamos perseguindo um horizonte futurista, técnico e progressista, hoje, em um espaço-tempo ocidental saturado de modernidade, desponta uma vista interessada pela memória. É o que assinala Huyssen (2000) quanto ao surgimento de uma cultura e política de memória que adquiriu feições globais logo após a queda do Muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas e o *apartheid* na África do Sul.

Foi a partir da década de 1960, com os processos de descolonização e a latência de movimentos sociais pleiteando histórias alternativas e revisionistas, que o ocidente moderno começou a reavaliar sua relação com narrativas e interpretações acerca do passado. Este interesse ganhou ainda mais fôlego no início da década de 1980 com a cobertura dada pela mídia internacional aos debates e eventos, ocorridos principalmente na Europa e Estados Unidos, em torno das lembranças traumáticas do Holocausto (HUYSSSEN, 2000). No caso da América Latina, acreditamos que esta cultura e política de memória tenham ganhado considerável centralidade através dos movimentos de memória da violência política surgidos em períodos pós-ditatoriais e por meio de programas públicos de ações afirmativas com ênfase no multiculturalismo, com destaque aos referentes a comunidades indígenas e quilombolas.

Esses contextos políticos afluíram disputas e lutas por revisões da memória nacional em diversos países, cuja finalidades giram em torno de ideais de justiça social, reconhecimento público de memórias de grupos étnicos, de gênero, religiosos, etc., e de reparação de danos historicamente causados por explorações, guerras e regimes de exceção. Esses grupos almejam suas participações na vida pública por meio também da divulgação de suas histórias, da difusão de seus antepassados, heróis, origens e mitos, elementos fundamentais para seus processos identitários e suas certificações pelos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

demais grupos sociais e órgãos oficiais. Desta forma, surgem movimentos para que essas memórias até então subterrâneas ou silenciadas por um “trabalho de enquadramento da memória”, que visava consolidar e legitimar Estados e identidades nacionais (POLLACK, 1989, 1992), tenham relativizadas suas condições marginais, assumindo espaços de visibilidade. Quanto à relação dessas mobilizações com a emergência de uma cultura e política de memória, Huyssen (2000, p. 34-35). considera que

No cenário mais favorável, as culturas de memória estão intimamente ligadas em muitas partes do mundo, a processos de democratização e luta por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Desacelerar em vez de acelerar, expandir a natureza do debate público, tentando curar as feridas provocadas pelo passado, alimentar e expandir o espaço habitável em vez de destruí-lo em função de alguma promessa futura, garantindo o “tempo de qualidade” – estas parecem ser necessidades culturais ainda não alcançadas num mundo globalizado, e as memórias locais estão intimamente ligadas às suas articulações (HUYSSSEN, 2000, p. 34-35).

Vale ressaltar ainda que as próprias idéias de cultura e identidade nacionais vêm sendo relativizadas desde os anos 1970 em decorrência da integração transnacionais e diferenciação locais provenientes da globalização, sendo perceptível que “as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes” (HALL, p. 73, 2000).

Os grupos sociais que em nível local acionam suas memórias tanto referentes às suas identidades como de seus espaços, que estão intrinsecamente relacionados, representam elementos importantes da emergente cultura e política de memória, pois pulverizam a importância das memórias sociais no espaço público, até então bastante relacionada à formação da identidade nacional, bem como se utilizam da memória, almejando, dentre outras conquistas, reconhecimento e direitos junto ao Estado por meio da implementação de políticas públicas. É este o enfoque geral deste trabalho que visa analisar o uso da memória como recurso sociopolítico (YUDICE, 2004) em comunidades urbano-periféricas por meio do contexto de implantação do Centro Cultural Bom Jardim, em Fortaleza, Ceará, e suas atividades relacionadas à memória social de seu entorno.

1. Políticas públicas e memória social



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O presente trabalho caminha na compreensão de que as políticas públicas não se referem às ações e interferências somente do Estado, como algo impositivo. Elas consubstanciam o processo de consensos e disputas dos diferentes grupos, ora atendendo demandas de uns, ora negociando diferenças, enfim, são compostas por conflitos e perspectivas tanto de ação quanto de ausência, compreendendo consensos, harmonias e oposições. Ao tratar das políticas públicas de cultura, Nestor García Canclini (*apud* RUBIM, 2007b, p. 13) entende que

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.

O conceito apresentado por Canclini refere-se a objetivos e intervenções conjuntas e sistemáticas (RUBIM, 2007b), isto indica que o campo das políticas públicas de cultura pressupõe projetos planejados, sistematizados como pensamentos e atividades estratégicas que congreguem o antes, o durante e o depois da ação proposta. Em vários usos correntes, a idéia de políticas públicas sustenta somente seu vínculo com o Estado, entretanto, as políticas públicas não estão atreladas em particularidade à conjuntura estatal. Enquanto ação interventiva no âmbito coletivo, e também influenciada por este mesmo âmbito, consideramos importante refletirmos sobre políticas públicas de cultura a partir do que Habermas (1997, p. 92) configurou como a noção de esfera pública.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.

Neste viés, a esfera pública constitui-se como uma arena comunicacional através da qual, cotidianamente, vários agentes e instituições expressam seus discursos no âmbito do coletivo. É através deste espaço público e das opiniões formuladas em seu



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

contexto, que, por exemplo, as reivindicações da sociedade civil por investimentos na área da cultura, bem como as de grupos locais por suas memórias, e outras necessidades do coletivo ativadas através da memória, poderão ser proferidas, escutadas e pensadas.

Albino Rubim (2007a), pesquisador das políticas públicas de cultura, declara haver atualmente uma descentralização na delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais, com a inserção de um complexo conjunto de agentes estatais e não-estatais que juntamente ao Estado-nação atuam no campo da cultura. Isto explicita que hoje as políticas públicas culturais acontecem por meio de uma composição de agentes, o que fica demonstrado no âmbito do sistema administrativo público quanto à disposição de governos (união, estado, municípios e distrito federal), entes supranacionais (organizações entre nações, organismos multilaterais, blocos econômicos, etc.), entre outros.

A relativização da atuação centralizadora do Estado-nação nesta área abre as fronteiras das políticas públicas de cultura para outros atores não-estatais, como a sociedade civil e o mercado, e também oportuniza o reconhecimento público de outras memórias que não a nacional. Analisando o trajeto histórico das políticas públicas de cultura no Brasil, Lia Calabre (2007, p. 96) salienta que

Durante muito tempo a ação do Estado ficou restrita a preservação daquilo que comporia o conjunto dos símbolos formadores da nacionalidade, tais como o patrimônio edificado e as obras artísticas ligadas à cultura erudita (composições, escritos, pinturas, esculturas, etc). O papel de guardião da memória nacional englobava atribuições de manutenção de um conjunto restrito de manifestações artísticas. As manifestações culturais deveriam ser registradas e resgatadas dentro do que poderia ser classificado como o folclore nacional.

Contribuindo para a busca de superação dessa atuação restrita do Estado, as organizações não-governamentais e outras mobilizações da sociedade civil, formalizadas ou não, vem cumprindo função importante nesse processo de ampliação. Além disso, interessa notar que as contemporâneas políticas públicas culturais não podem deixar de considerar os fluxos transnacionais do processo de globalização e as relações internacionais, que vêm se tornando determinantes para a crescente atenção dada pelos Estados à área da cultura.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Em âmbito global e institucionalizado torna-se emblemática a realização no ano de 1970 da Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros da Política Cultural, promovida pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1970, em Veneza, Itália, e outros encontros realizados em 1972, 1973, 1975, 1978 e 1982. Em 1988, a ONU e a Unesco lançaram o “Decênio Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento (1988-1997)”, reforçando ainda mais a importância da cultura para o desenvolvimento dos países. Desde então, instituições como a Unesco, principalmente, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e outros organismos internacionais vêm atuando para uma maior percepção da cultura como elemento estratégico na agenda internacional¹.

Na fase do capitalismo cultural, o mercado possui presença crescente na dinâmica cultural, influenciando ações culturais do Estado, que, muitas vezes, ou se ausenta, ou abre mão de suas iniciativas para transferi-las aos empreendimentos privados, ou age em parceria com o mercado, ou ainda atua estrategicamente na proteção de manifestações culturais ameaçadas pela lógica predatória do capitalismo.

No que concerne à sociedade civil, observamos que as mudanças comportamentais ocasionadas pela contracultura e o surgimento de movimentos sociais na década de 1960 acarretaram transformações conjunturais ocorridas nos anos 1980 nos campos sociais, culturais e tecnológicos. Essas mudanças que buscavam repensar a estrutura das instituições no sentido de flexibilizar hierarquias e expandir papéis, acabaram por questionar projetos de ação cultural e o interesse público pela cultura. Hoje, somam-se a essas históricas transformações, os fluxos globais de informação e migração, que rompem não só fronteiras territoriais, mas também identitárias, ocasionando tanto redefinições quanto inquietações. Luciana Quillett Reimann (2007, p. 16), considerando a relação entre memória, história, legislação e direitos, afirma que

O que se observa, então, em linhas gerais, é a busca de reconhecimento e legitimidade por parte de grupos que, destacando-se da “comunidade nacional”, passam a definir-se a partir de novas categorias, sejam elas étnicas, religiosas, de gênero, etc. Nesse processo estão em jogo novas formas de

¹ São importantes neste processo de expansão da institucionalização internacional do campo da cultura alguns documentos como a Carta do México em defesa do patrimônio cultural (1972); as Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da Unesco (1989); a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco (2005).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

auto-identificação, a valorização de uma história particular, a demanda por inclusão sem homogeneização, a luta pelo reconhecimento público de sua existência e significado para a nação, por representação política e, finalmente por direitos. Não apenas os direitos universais, mas também novos direitos, associados à especificidade histórica ou cultural desses grupos, fenômeno que vem provocando a rediscussão de conceitos como cidadania e democracia.

Refletindo acerca da presença de lutas e conflitos na história das políticas públicas de cultura no Brasil, Cristina Amélia Pereira de Carvalho (2007) entende que desde 1937, época do Estado Novo², teve início um processo de pleitos e demandas sociais que se estende até hoje, reivindicando a modificação do jogo de forças e influências na formulação de políticas públicas de cultura no Brasil, como também pressionando o poder público pela inclusão de outros atores sociais na abrangência das intervenções estatais. Segundo a autora, esta participação foi ampliada a partir de 1980 no curso da redemocratização de caráter neoliberal por meio de uma participação concedida, mas não abrindo canais de deliberações, e sim adotando uma concepção liberal de gestão da cultura, que transfere para o mercado as ações estratégicas na área através principalmente de leis de incentivo e renúncia fiscal. Para a pesquisadora (2007, p. 19-20), em oposição a este formato, está o da participação conquistada “que fomente um processo de emancipação e de auto-organização expressa-se na formação do Sistema Nacional de Cultura e, em particular, no programa Cultura Viva³, do Ministério da Cultura do governo Lula”.

Em um recorte temporal da década de 1980 até os presentes dias, conforme De Carvalho (2007) e Rubim (2007b), esta compreensão de estímulo a uma participação conquistada esteve presente em maior parte nas políticas públicas de cultura do governo Lula (2003-2010) e de seus ministros da cultura Gilberto Gil (2003-2007) e Juca Ferreira (2007-2010) que aplicaram uma noção de cultura mais ampla, declarada “antropológico”, em suas políticas.

² À guisa de informação, ressaltamos que duas experiências são tidas como marcos inaugurais das políticas públicas de cultura no Brasil: o Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo, sob o comando de Mário de Andrade (1935-1938), e a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, destacando a atuação de Gustavo Capanema como ministro no período de 1934 a 1935. Sobre história das políticas culturais, ver CALABRE, 2010.

³ O Programa Cultura Viva é o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, criado em junho de 2004, a partir da criação de unidades, Pontos de Cultura, que são geridos de forma compartilhada entre Estado e sociedade. Segundo Célio Turino (2007, p. 244), “não é um equipamento cultural do governo, instalado para oferecer serviços culturais ao povo. Pelo contrário, é um espaço, ou expressão cultural da sociedade, que ganha força e reconhecimento institucional, ao estabelecer uma parceria, ou pacto com o Estado”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Laraia, ao tratar do conceito de cultura para a antropologia, salienta que dentro das ciências sociais há centenas de noções acerca do conceito de cultura, não havendo um consenso entre os estudiosos em torno desta idéia por ser ela mesma relativa ao entendimento da natureza humana, tema de indecifrável definição. Uma das concepções que mais se aproxima da idéia de cultura do ponto de vista antropológico é a noção de cultura como sistema simbólico, que recebe a seguinte abordagem por David Scheiner (*apud* LARAIA, 2001, p. 75):

Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento. O status epistemológico das unidades ou ‘coisas’ culturais não depende da sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais.

Em fala intitulada “Cultura são todos os nossos gestos” na 1ª Conferência Nacional de Cultura e em outros momentos e ações, Gil coloca suas considerações para um entendimento de cultura nesse sentido. Existe nas intenções do então ministro e de seu sucessor, Juca Ferreira, a perspectiva de compreender cultura como trocas simbólicas e subjetivas, fortalecendo perspectivas cidadãs e democráticas da atuação do Estado neste campo. “Em conseqüência, o público privilegiado não serão os criadores, mas a sociedade brasileira. A outra ênfase dos discursos programáticos será a retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais.” (RUBIM, 2007b, p. 29).

Podemos observar que a concepção de cultura adotada por uma gestão pública predetermina bastante a amplitude de sua atuação. Como síntese das observações até aqui expostas sobre políticas públicas de cultura e memória social podemos notar alguns processos de descentralizações na formulação de políticas que vêm sendo realizados a nível nacional e regional. Vale ressaltar, entretanto, que essas descentralizações não vêm ocorrendo de forma homogênea e hegemônica, ou mesmo continuadas, por ocasião das trocas de governos e gestões, mas constituem um instigante processo de políticas públicas de cultura na atualidade.

No interior desse movimento, notamos: a) a descentralização dos atores relacionados às políticas públicas de cultura, através de interações com a esfera pública, a sociedade civil, o mercado, as entidades internacionais, entre outros; b) a busca por uma democratização dos projetos públicos em torno da memória social, por meio de atividades que insiram “a memória como direito do cidadão, portanto como ação de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

todos os sujeitos sociais e não como uma produção oficial da história”, conforme salienta Marilena Chauí (20006, p. 125), mas também com ênfase na memória social enquanto recurso sociopolítico; c) a ampliação da noção de cultura, permitindo que suas mais variadas manifestações sejam fomentadas, indo além dos domínios da patrimonialização e das linguagens artísticas, mas não as desconsiderando; d) a distribuição descentralizada de unidades e equipamentos culturais visando garantir a cidadania cultural, o que engloba também uma abertura participativa, e por vezes compartilhada, da gestão desses espaços físicos.

2. Centros culturais

Um centro cultural pode ser considerado “uma instituição mantida pelos poderes públicos, de porte maior, com acervo e equipamentos permanentes, como salas de teatro, cinema, bibliotecas, etc. Essas instituições orientam-se para um conjunto de atividades que são desenvolvidas sincronicamente e oferecem alternativas variadas a seus freqüentadores, de modo perene e organizado” (RAMOS, 2008, p. 65). A esta definição fazemos ressalva quanto à possibilidade de instituições privadas serem mantenedoras de centros culturais; observamos no Brasil espaços financiados e geridos por instituições bancárias. Nestes casos, os centros culturais possuem o papel de cumprir parcela do *marketing* e a declarada função social das empresas.

Os equipamentos culturais, em especial os centros culturais, inserem-se na formulação e execução de políticas culturais relativas à democratização ou democracia cultural como instrumentos estruturados para o acesso, fruição e produção cultural, por isso são referências comuns no âmbito da organização da cultura os programas de formação de platéia realizados nestes espaços. Esses programas carregam paradigmas: entre a exaltação da cultura erudita e a compreensão de oportunizar aos indivíduos uma experiência relacionada a todo o circuito de produção simbólica; entre o qualitativo e o quantitativo em relação à suas programações e públicos; entre uma platéia indistinta e o público-alvo. Esses paradigmas também podem ser vistos como fatores determinantes dos perfis de centros culturais.

Ângelo Serpa (2007) considera que a concepção de uma gestão urbano-cultural possui estreita vinculação com o surgimento de equipamentos culturais, que passam a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

ser ícones importantes nos planos estratégicos de figuração da cidade como marca ou imagem, um emblema que se exhibe através da mídia e do consumo para atrair visitantes. Consideradas suas relevâncias a nível local com o intuito de projeção externa, podemos apontar no Brasil os casos do Museu de Arte Contemporânea para a cidade de Niterói e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura para Fortaleza. Podemos assim notar esses centros como uns dos equipamentos culturais mais característicos da contemporaneidade, principalmente quando suas arquiteturas compõem-se de obras espetaculares, revitalização de sítios históricos, e seus conteúdos albergam múltiplas funções para linguagens artísticas, mídias e fluxo de saberes.

Outro perfil de centros culturais também encontrados nas cidades são os que instalados em áreas periféricas ou interioranas propõem-se como lugares de sociabilidade, de revitalização espacial e transformação social, associando a ação cultural a proposições de melhorias em outras áreas.

Heloísa Buarque de Hollanda (2011, *site*), em suas reflexões sobre cultura, periferia e desenvolvimento no Brasil, ressalta que durante os anos 2000 as produções culturais realizadas na periferia urbana aparecem como uma das principais tendências da esfera cultural, através de manifestações que consideram o espaço urbano das margens e seus habitantes não somente como tema, mas considerando suas próprias vozes e olhares, promovendo suas estéticas, por meio da divulgação de suas músicas (funk, hip hop, forró, *tecno melody*), cinema (*5 x Favela*, *Cidade de Deus*, *Cidade dos Homens*), literatura (*Cabeça de Porco*, *Cidade de Deus*), teatro (*Nóis do Morro*, *Afro Reggae*), *etc.* Este movimento relativiza as fronteiras da “cidade partida” entre morro e asfalto, centro e periferia; principalmente no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, as periferias tem se dado a conhecer e ampliado as suas imagens através das letras, dos vídeos, das fotografias, encenações e danças que mostram seus problemas e dificuldades, mas exaltam também, como canta Caetano Veloso, as “dores e delícias de serem quem são”, de estarem onde estão, como estão.

Apesar de não se constituir enquanto centro cultural, uma iniciativa que atentou para as vozes e culturas produzidas em áreas periféricas são as Lonas Culturais, instaladas na cidade do Rio de Janeiro. Rejane Calazans e Márcia Ferran (2010, p. 45) explicam que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As pistas para a compreensão dos Projetos Lonas Culturais, da prefeitura do Rio de Janeiro, podem ser dadas pelas palavras-chaves contidas nos objetivos gerais do projeto: “artistas locais”, “ganho social” e “a cultura como instrumento de transformação social” (o subtítulo do projeto). Apesar de o Rio de Janeiro ser uma das principais cidades de movimentação cultural do país, a vida cultural carioca concentra-se no centro e na Zona Sul. Assim, os subúrbios cariocas podem ser considerados periféricos não apenas pela concentração de populações carentes, mas também pelo menor acesso aos serviços da cidade, incluindo aí o circuito cultural.

Esta característica de concentração de equipamentos culturais no centro da cidade e em áreas nobres provocando a falta de acesso dos cidadãos à criação e consumo culturais, aplicada à cidade do Rio de Janeiro, poderia referir-se a qualquer metrópole brasileira. Essa condensação de equipamentos em áreas restritas impossibilita a efetivação material de um discurso ligado à cidadania e a democracia cultural, e é da observância a este contexto que surgem projetos de políticas que visam atingir periferias e regiões de interior. Cientes desta situação e de seus paradigmas, buscaremos a seguir descrever e analisar a conjuntura da implementação de um centro cultural no espaço urbano periférico de Fortaleza, Ceará.

2.1 O Bom Jardim e seu centro cultural

O Centro Cultural Bom Jardim existe desde dezembro de 2006, fica localizado na região periférica de Fortaleza, Ceará, e é custeado com investimentos do governo estadual. Neste equipamento cultural, desenvolvem-se atividades ligadas a artes, gastronomia, cidadania e práticas de economia, educação ambiental, leitura e produção textual, moda e design, mídia digital, memória social, entre outros programas totalmente gratuitos, destinados a crianças, jovens e adultos da população do Grande Bom Jardim.

Esta região, zona sudoeste de Fortaleza, é composta pelos bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho, Bom Jardim e Siqueira, abrangendo uma área de 2,53 km² e uma população que até 2000 contabilizava 34.507 habitantes, distribuídos em 48 comunidades. O Bom Jardim é proveniente de um loteamento homônimo posto à venda por João Gentil a partir da década de 1950, assim, a então Fazenda Boa Vista onde predominava plantas, a vista para a serra e o rio Maranguapinho deu lugar a um bairro que teve seu povoamento basicamente efetivado por migrantes oriundos do campo, em meados da década de 1960, e que a partir da década de 1980 vai receber notoriedade por sua veiculação nos noticiários e índices de violência urbana.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Hoje, são corriqueiros pela cidade de Fortaleza notícias e comentários depreciativos ao Grande Bom Jardim, principalmente no que se refere à situação de violência e pobreza. Durante o período de agosto e setembro de 2009 e janeiro e fevereiro de 2011, realizamos pesquisas exploratórias no centro cultural e podemos constatar tais preconceitos ao fazermos qualquer menção de que realizamos uma pesquisa no local.

Os próprios moradores referem-se ao lugar como o “bairro do vixe”. Contam que ao falar a seus interlocutores o nome do lugar que residem, os mesmos respondem com um sonoro “vixe”. Expressão característica do nordeste brasileiro que sugere espanto ou desagrado. Em contraponto, o Bom Jardim é também conhecido por seus inúmeros grupos artísticos e pela força de seus movimentos sociais. Segundo levantamento feito pela Rede de Arte e Cultura do Grande Bom Jardim (RAC Bom Jardim), existem na área mais de 60 bandas e 64 organizações culturais (CARVALHO, 2008, p. 13), e ainda importantes ONG’s, como o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) e o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ). Esse é o bom do “vixe”, expressão que se encontra estampada em um grafite nas paredes internas do centro cultural.

O “Dragãozinho”, como foi apelidado o CCBJ à época de sua inauguração pelo então governador Lúcio Alcântara e alguns artistas, em referência ao Centro Cultural Dragão do Mar (1998), localizado em zona central da cidade, surgiu em direcionamento oposto às ações culturais até então implementadas pelo poder público em Fortaleza. Foi sediado na periferia do território urbano em meio a realidades sociais de vulnerabilidade, buscando uma atividade mais agenciadora e revitalizadora do espaço e do indivíduo cidadão. Ao mesmo tempo, constituiu uma estratégia atenta ao uso da cultura como recurso sociopolítico (YUDICE, 2004), conformando um marco distintivo da gestão ao atingir segmentos da população pouco beneficiados por políticas públicas. O que abarca ainda uma compreensão por parte dos governantes de que os investimentos em acesso e inclusão social através do consumo cultural ofertam retornos em outras áreas, como a coesão grupal que pode vir a servir para cooptar eleitores e no aumento de seu capital político, que por sua vez pode vir a reforçar seu *marketing* eleitoral.



2.1.1 A memória social enquanto recurso no Centro Cultural Bom Jardim

O centro cultural tem na população do Grande Bom Jardim seus principais freqüentadores. Mais do que visitantes, a gestão do CCBJ considera-os parceiros. Isso fica expresso tanto nas ações do CCBJ que visam formação de profissionais na área da cultura quanto nas palavras de Luís Carlos Sabadia, diretor de ação cultural do Instituto de Arte e Cultura do Ceará, por ocasião da inauguração do equipamento: “Queremos que o espaço funcione como centro de capacitação e vamos elaborar a demanda de oficinas e cursos a partir dos sentimentos da população. O intuito é que o morador da comunidade 'comande' a programação” (Secultce, *site*, 2010). A memória social surge então como tema no Centro Cultural Bom Jardim através da interação dos gestores de cultura com as demandas e necessidades da população. Neste viés, desenvolvem-se as seguintes atividades:

1) publicação do livro “Bom Jardim: a construção de uma história” de Valdeci Carvalho, morador do Bom Jardim, desenhista, escritor, arte-educador e colaborador do centro cultural. De forma sintética, o material narra a formação da região utilizando-se de depoimentos de moradores, jornais, estatísticas, etc., e foi publicado e lançado no centro cultural em maio de 2008;

2) “Cadeira na calçada”: o programa desenvolvido desde julho de 2007 utiliza-se de uma situação rotineira da população do Grande Bom Jardim e de outras regiões, nas quais as pessoas ao final da tarde dispõem cadeiras em frente suas casas, criando um espaço de sociabilidade que aglomera vizinhos e passantes para conversas informais.

No espaço do CCBJ esta prática acontece uma vez por mês na praça central⁴ e é utilizada para discutir informalmente as ações do equipamento, como também para abordar assuntos interessantes à comunidade (poluição do Rio Maranguapinho, educação, violência, acessibilidade, direitos e deveres da criança e do adolescente,

⁴ O centro cultural é composto fisicamente por 23 espaços, alguns em espaços abertos e outros fechados. O equipamento lembra uma vila com casas indistintamente espalhadas e alguns vazios, todas ficam sob um teto mais alto de alumínio e cercados por uma grade. Sala multiuso 1, cine clube, galeria de arte, gerência de infraestrutura, sala de multiuso 2, manutenção, zeladoria, cantina, ilha digital, biblioteca, sala de dança, subestação, estúdio de música, teatro, núcleo de formação, banheiros, ateliê, sala multiuso 3, administração, praça central, estacionamento, bicicletário e ateliê de design e moda compõem espacialmente o Centro Cultural Bom Jardim.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

preconceito racial, segurança na web, a importância do voto eleitoral, consciência ambiental, educação sexual, gastronomia, rock, teatro, dança, entre outros).

O “Cadeira na calçada” vem ocorrendo desde agosto de 2010 também na comunidade de São Francisco, situada atrás do CCBJ, através da realização de encontros com cadeiras nas calçadas na frente das residências de moradores do bairro para tratar da poluição do Rio Maranguapinho, de educação ambiental, coleta de lixo e do que a comunidade pode fazer no dia a dia para contribuir na manutenção da limpeza das margens do afluente. Cerca de três mutirões com participação de pessoas ligadas ao CCBJ, lideranças comunitárias e a população da área foram realizados durante o final de 2010 e início de 2011 em decorrência desses encontros. Um dos benefícios que essas conversas também geraram foi a construção de uma calçada que abrange dois quarteirões da comunidade de São Francisco e a promessa pela Regional V⁵ de despoluição das águas. As reuniões desse “Cadeira na calçada” fora do espaço do equipamento cultural continuam acontecendo, e outras reivindicações vão surgindo para a melhoria do local, como pavimentação e melhorias no serviço de transporte público.

Nesta atividade a citação à memória social do Grande Bom Jardim ocorre não só no nome do programa e na rememoração da prática das cadeiras na calçada, que hoje não é mais tão comum por conta das relações características da urbanidade e da avançada violência⁶. Nas reuniões tão comuns e próximas aos participantes é gerado tal estado de espontaneidade que lembranças pessoais e do meio social aparecem, contribuindo para o empenho coletivo na resolução de problemas que afligem a população. É o caso da limpeza das águas poluídas do afluente do Rio Maranguapinho que corta o Grande Bom Jardim e se situa entre o CCBJ e a comunidade de São Francisco. Durante as conversas, observamos relatos de que até a década de 1990 era possível tomar banho ali, de como era a comunidade sem violência, os primeiros moradores chegando, a falta de saneamento básico, as ruas que não existiam... Essas

⁵ A atual gestão municipal “Fortaleza Bela” dividiu a administração de seu território em 7 subprefeituras: Regionais 1, 2, 3, 4, 5, 6 e do Centro. A Secretaria Executiva Regional V (SER V) é a responsável pela área que abriga o centro cultural, tendo sob governabilidade 570 mil habitantes distribuídos em 16 bairros: Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança e Presidente Vargas (http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=52).

⁶ Segundo reportagem do jornal Diário do Nordeste, em 25 de fevereiro de 2011, cujo título é “População é agente de mudança no Bom Jardim”, o número de homicídios dolosos na região em 2010 foi de 282, e os crimes na área são considerados três vezes maiores que os índices normais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

lembranças remetem a um tempo que os fazem enxergar benefícios e problemas do hoje. As águas eram limpas, porque atualmente estão sujas? Como reverter o presente?

3) Oficina de antropologia visual: realizada de dezembro de 2008 a maio de 2009, dela originaram-se textos e imagens produzidos pelas alunas e alunos. As narrativas encontram-se disponíveis no sítio virtual Bom Jardim sem fronteiras (<http://obomja.blogspot.com>) acerca das memórias do Grande Bom Jardim que juntamente aos tópicos anteriores servem para pensar as intenções envoltas nessas vontades de memória, bem como a forma como essas vêm sendo articuladas.

Acreditamos que a memória venha constituindo um recurso tanto para a gestão do equipamento quanto para o público e a comunidade relacionadas. Para a gestão, como conteúdo de desenvolvimento de sua programação, criando espaços de construção de narrativas de memória, bem como meio de atingir proximidade com o entorno, aumentando o número de seus visitantes. Para o público e a comunidade, esses programam aparecem enquanto instrumento para reconhecimento identitário, fortalecimento de laços sociais, e constituição de um espaço público para reivindicações de melhorias em outras áreas, bem como a evocação à memória social daquele bairro por parte de seus moradores aparenta consubstanciar uma busca por desconstrução e revisão de sua imagem atrelada à violência. Tais considerações ficam explícitas

A memória desperta interesse e dá retorno, torna-se recurso que perpassa várias áreas. As observações que Yúdice (2004, p. 25) realiza sobre os usos da cultura no mundo globalizado, servem também para pensar as justificativas da emergência da temática memória social no momento presente, ao demonstrar que

(...) a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, para aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania (Young, 2000:81-120), e do surgimento daquilo que Jeremy Rifkin (2000) chamou de “capitalismo cultural”.

A partir das considerações de Yúdice (2004), podemos afirmar que os empenhos de construção, transmissão e divulgação de memórias, partes constituintes da cultura, vêm sendo vistos cada vez mais como algo em que deve ser investido, pois ofertam retorno sociopolítico e econômico à sociedade, abrangendo estímulos que perpassam desde a coesão social à geração de emprego e renda. Como recurso, a memória é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

articulada para resolver problemas que até então eram somente associados a áreas como a política e a economia; muitos são os projetos que agregam a temática ao fortalecimento da democracia, da cidadania e das identidades sociais. A partir de Yúdice e com ênfase nas políticas públicas, falamos aqui não da *memória-mercadoria*, mas de uma *memória-recurso*. Não é a memória pela memória, como afirma Santana (*apud* YUDICE, 2004, p. 32) em relação à cultura, mas a consciência do que a memória social pode oferecer em contrapartida aos investimentos que potencializa o desenvolvimento de ações nesta área.

Referência bibliográficas

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In: Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

CALAZANS, Rejane; FERRAN, Márcia. *As Lonas e A Lama: Coletivismo e Ação no Rio de Janeiro e no Recife*. In: *Percepções: cinco questões sobre políticas culturais*. Itaú Cultural: São Paulo, 2010.

CARVALHO, Valdeci. *Bom Jardim: a construção de uma história*. Fortaleza, IACC, 2008.

CEARA. *Centro Cultural Bom Jardim*. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/equipamentos-culturais/centro-cultural-bom-jardim/centro-cultural-bom-jardim>. Acesso em: 3 mar. 2011.

CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DE CARVALHO, Cristina Amélia Pereira. *O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil*. In: *Políticas culturais: reflexões e ações*. Lia Calabre (org.). São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2009.

DE HOLLANDA, Heloísa Buarque. *O declínio do efeito “Cidade Partida”*. Disponível em <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=644&cat=3>. Acesso em 9 abril 2011.

DIARIO DO NORDESTE. *População é agente de mudança no Bom Jardim*. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=939513>. Acesso em: 16 fev. 2011.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O dever de memória na França contemporânea: entre memória, história e direitos*. In: Ângela de Castro Gomes (coord.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

RAMOS, Luciene Borges. *Centros de cultura, espaços de informação: um estudo a partir do Galpão Cine Horto*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais: entre o possível e o impossível*. In: Gisele Marchiori Nussbaumer (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007a.

_____. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007b.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

YUDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.